

# REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: NOVAS E VELHAS FORMAS DE INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO<sup>1</sup>

*Juliana Costa da Silva*<sup>2</sup>

Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFAL  
Bolsista/FAPEAL  
E-mail: julicosta\_jj@hotmail.com

**Resumo:** este trabalho pretende fazer uma reflexão acerca dos impactos da reestruturação produtiva para as relações de trabalho com base nos estudos de: Kumar, Lessa, Antunes, Hirata, Carvalho e Gorz. Ao estudarmos os autores mencionados, pudemos notar que as mudanças nas relações de produção não estão trazendo um novo modo de produção que originaria um trabalhador mais qualificado, participativo, com mais satisfação e controle no processo de produção, pelo contrário, o trabalho monótono e repetitivo do modelo taylorista-fordista tem sido em muitos setores intensificado. Percebemos que as novas formas de organização do trabalho estão dotando o capital de maior controle sobre a força de trabalho no intuito de uma maior intensificação da exploração do trabalho.

**Palavras-chave:** trabalho; reestruturação produtiva; controle; intensificação do trabalho; capitalismo.

## I - Introdução

Os impactos da reestruturação produtiva para o trabalho foram e continuam sendo tão intensos que vem afetando não apenas as relações de trabalho no processo produtivo - com as conseqüências mais drásticas possíveis para a força de trabalho - mas é característico, desde o início do seu processo de implementação, o surgimento das mais variadas pesquisas buscando de alguma forma interpretar o que estaria acontecendo não só com as relações de produção, mas também quais os possíveis rumos a sociedade de classes capitalista estaria sendo conduzida, e quais seriam as implicações destes impactos para as categorias marxianas.

Nesse contexto, alguns autores buscaram analisar as conseqüências para o trabalho ao serem inseridas novas formas de organizar e gerir a produção. Dentre estes, é grande o número que afirma a entrada da sociedade em uma nova forma de produção que traria o desaparecimento do fordismo. A análise que se segue, por meio do estudo de alguns autores, mostra como a realidade parece estar negando essa idéia.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado dos estudos e discussões em sala de aula da disciplina “*Trabalho na Sociabilidade Contemporânea*” ministrada pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Sérgio Lessa.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/FSSO, pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

## II - As Implicações da Reestruturação Produtiva para o Trabalho

As últimas transformações nas relações de trabalho nos permitem afirmar que a crise inaudita que atingiu a sociedade capitalista tem encontrado na maior intensificação da exploração do trabalho, uma de suas alternativas fundamentais de recuperação, como também a transformação de tudo o quanto for possível em mercadoria, visto o atual quadro de superprodução de capital e esgotamento dos mercados, com a entrada nas últimas décadas de fortes concorrentes no mercado global.

As mudanças pelas quais vem passando as relações sociais como um todo, trazem a cena o debate acerca do trabalho envolvendo os mais variados aspectos, sejam eles econômicos, políticos, sociais e culturais. Kumar (2006) analisa que o impacto das mudanças sofridas pela sociedade no campo teórico se reflete em três paradigmas da teoria pós-industrial: a sociedade da informação, as teorias do pós-fordismo e da pós-modernidade.

Ao analisar as teorias sobre a sociedade de informação, mostra Kumar:

A sociedade de informação, segundo seus teóricos, gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte da criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento. A teoria do valor do trabalho, da maneira formulada por uma sucessão de pensadores clássicos, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, é obrigada a ceder lugar a uma “teoria do valor do conhecimento”. Agora, o “conhecimento, e não o trabalho, é a origem do valor” (KUMAR, 2006, p. 51).

Segundo os teóricos aos quais Kumar faz referência, estaríamos presenciando, devido a uma mudança na esfera ocupacional (com o grande crescimento, por exemplo, da força de trabalho norte-americana na economia da informação), ao surgimento de uma sociedade que tem como base não mais o trabalho, mas a informação.

Conforme Kumar, baseado nos mais variados estudos, ao contrário dos que postulam a existência de uma sociedade informacional, pós-fordista, o taylorismo, por exemplo, não seria superado, mas estendido à áreas que antes da “computadorização” e da microeletrônica não poderia ser inserido. Não mais ficaria limitado à indústria de transformação. Nesse sentido:

Na prática, o taylorismo limitou-se até meados deste século, principalmente à indústria de transformação e aos trabalhadores braçais.

A computadorização tornou possível sua extensão a esferas de atividades e grupos de trabalhadores até então intocados (KUMAR, 2006, p. 59).

Por outro lado, as novas tecnologias não possibilitariam mais qualificação aos trabalhadores da informação, pois:

Para muitos trabalhadores do setor de informação, a aplicação da nova tecnologia deu prosseguimento à ‘dinâmica da desqualificação’ (LITTLER *apud* KUMAR, 2006, p. 59) intrínseca aos princípios taylorianos, complementados como estes foram pelo controle técnico mais rígido, tornado possível pela linha de montagem móvel da fábrica fordista (KUMAR, 2006, p. 59).

A idéia central desse autor mostra como o “exame mais superficial dos fenômenos” pelos quais o mundo vem passando, mostra claramente o quanto o capitalismo tem se mantido firme nos últimos anos. A novidade é que agora o capitalismo ocupa todo o globo, seja porque conseguiu derrubar os regimes comunistas da Europa Oriental, seja porque na sociedade ocidental ingressou em áreas da política, da cultura e do bem-estar social que antes eram de domínio público. Ainda, também a educação, os meios eletrônicos de divulgação e as artes, a saúde, a seguridade social, a polícia e os serviços penitenciários, vêm sofrendo os impactos da ofensiva do capital. Segundo Kumar “em todos os espaços do ‘mundo da vida’, o capitalismo descobriu o material necessário para transformar tudo em novas mercadorias e em consumismo.” (2006, p. 228)

No entanto, nem todos interpretam as mudanças nas relações de produção como um objetivo do capital, por meio da inovação tecnológica e das novas formas de gestão do trabalho, de aumentar o seu controle sobre a força de trabalho para maior extração do trabalho excedente. Dessa forma, há autores que afirmam que com a introdução das novas tecnologias, o trabalho fragmentado, alienado, brutalizado, estaria desaparecendo, para entrar em cena um trabalhador mais qualificado e com maior controle sobre o processo produtivo, pois, para muitos, as novas tecnologias estariam permitindo a fusão entre trabalho manual e trabalho intelectual (LESSA, 2007).

A pesquisa realizada por Lessa (2007, p. 32) demonstra que nessa última década presenciamos a consolidação, no debate direcionado ao futuro do trabalho e da sua relação com as classes sociais, da idéia de que o surgimento do toyotismo trouxe uma ruptura com o fordismo. Na esteira dessa idéia tem-se uma afirmação de importante consequência, a de que o trabalho monótono, desqualificante, controlado pelas técnicas tayloristas estaria sendo substituído pelo trabalho flexível, que haveria uma qualificação pela fusão do trabalho manual com o trabalho intelectual.

Conforme Lessa, já na década de 60 se seguia a polêmica que colocava a necessidade de investigar se estaria ou não o trabalho e o proletariado desaparecendo. Segundo ele, como traço de continuidade das primeiras discussões sobre esse problema, temos a persistência de algumas questões, tais como: se as transformações técnicas incidiriam numa alteração ontológica das relações entre trabalho produtivo e improdutivo e entre trabalho manual e o trabalho intelectual, se haveria uma modificação nas relações entre as classes e nesse contexto, o proletariado teria deixado de ser a classe revolucionária, e ainda se as classes sociais estariam desaparecendo, dando origem a uma sociedade não capitalista. Conforme o autor:

Nesse meio século de debate, talvez não seja um exagero afirmar que conhecemos dois adeuses ao proletariado. Um primeiro, sob o impacto da ascensão e crise do Estado de Bem-Estar e do 'fordismo', lança as bases para o advento, em 1980, do *Adeus ao proletariado*, de André Gorz. Um segundo adeus ao proletariado virá à tona nos anos de 1990, agora sob o impacto da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, do pós-modernismo e do fim do bloco soviético (LESSA, 2007, p. 34-35).

Conforme nosso autor, no segundo adeus ao proletariado, a implementação da reestruturação produtiva, provocando intensas mudanças nas relações de produção, será a base para alegações afirmando que além da força física de trabalho, o trabalhador estaria agora participando "com sua alma" no processo de trabalho por meio de iniciativas e interferências. Assim:

Quase todos farão referência ao fato de que, nas novas condições, o trabalhador adentrará à empresa também com sua alma, além de sua força de trabalho; que as novas tecnologias e estratégias gerenciais exigirão que o trabalhador tome iniciativas e interfira no processo de trabalho. Não bastam mais as suas forças de trabalho no sentido mais estrito do termo, é agora preciso que estejam convictos da identidade de interesses e de propósitos entre eles e a empresa. Os CCQ's da vida, em suas mais variadas versões, estão entre as grandes novidades do período quando se trata da gerência da mão de obra (LESSA, 2007, p. 59).

Dessa forma, conforme a abordagem de Lessa, percebemos que a introdução da reestruturação produtiva nas relações de produção será o fator principal para fundamentar as teses do que ele chama de segundo adeus ao proletariado. Alguns dos autores analisados por Lessa parecem convergir no sentido de considerar que as transformações técnicas e as novas formas de gestão seriam a causa das transformações nas relações de produção que por sua vez estariam alterando a relação entre as classes sociais e por isso as categorias marxianas teriam que ser reformuladas.

Segundo Lessa - em que pesem as diferenças entre os diversos autores por ele estudados - todos eles “derivam das transformações tecnológicas a alteração da sociedade que consideram fundamental: o fim do proletariado” (2007, p. 254). Ao contestar essa idéia, nosso autor argumenta que o que faz do proletariado a classe revolucionária é o fato de ser a única que produz os bens materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia existir, e assim, na sociedade capitalista é a única que produz o capital. Dessa forma, é o proletariado quem nessa sociedade realiza trabalho, o intercâmbio orgânico com a natureza, do qual fala Marx em *O Capital*. Assim, “o proletariado, por ser a única classe rigorosamente não-parasitária da sociedade capitalista é ‘a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes’” (MARX *apud* LESSA, 2007, p. 181). Na medida em que o proletariado só existe como condição para a acumulação de capital, compreende-se que o desaparecimento do proletariado se dará simultaneamente ao desaparecimento do capital.

O atual momento da produção capitalista na verdade tem possibilitado mais exploração do trabalhador na medida em que ele é obrigado pela introdução das novas tecnologias a ter que cumprir além de sua função original, as chamadas atividades de controle de qualidade. Dessa forma,

além de sua função específica de há alguns anos, agora, sem sequer receber a mais por isso, executa também outras funções que, antes, eram destinadas aos “feitores”, “chefes de oficina”, “mestres”, “controladores”, etc. Esta transformação, ao invés de ser um sinal de emancipação do trabalho, é rigorosamente o oposto: uma forma ainda mais bárbara de exploração do trabalho pelo capital (LESSA, 2007, p. 261).

É por isso que argumenta o autor que continua válido o estudo de Marx no qual afirma a oposição como inimigos de classe entre o trabalho manual e o intelectual, sendo que este último significa o controle pelo capital do processo de produção. Acontece que a técnica enquanto consubstanciada nos meios de trabalho, não é determinante, mas determinada pelo desenvolvimento histórico, e nas atuais condições, pelo modo de produção capitalista.

Em estudo organizado por Gorz sobre a divisão do trabalho, vemos como esse autor já alertava que a própria divisão social do trabalho, ou seja, o fato dos objetivos de produção do capital serem alheios ao trabalho é um imperativo para a manutenção da acumulação, pois

se o operário tivesse sua palavra a dizer sobre o *objetivo* e o *desenvolvimento* do processo de trabalho, a acumulação do capital cessaria de ser a finalidade *dominante* da produção; ela seria subordinada

– ou contraposta – a outros objetivos, tais como a satisfação e o interesse pelo trabalho, sua utilidade, o valor de uso dos produtos, o aumento do tempo livre, etc... Em outras palavras, a acumulação do capital só pode ser maximizada se for imposta aos operários como uma exigência de fora, à qual todas as outras exigências devem ser subordinadas. O capitalismo só se pode desenvolver e perpetuar se a exigência do capital – que é crescer – se encarna como exigência *separada* na pessoa do capitalista e se este, enquanto funcionário do capital detém o poder absoluto, despótico, nos lugares da produção (2001, p. 82).

Entre os autores que dão prioridade à técnica para a análise das atuais transformações nas relações de produção, ou seja, que vêem na técnica a causa determinante para as transformações societárias ao final do século XX, há os que “postulam que o surgimento das novas tecnologias teria alterado a essência das classes sociais, de tal modo que o proletariado teria se dissolvido entre os assalariados ou entre a classe média” (LESSA, 2007, p. 267). Entre esses autores, Lessa cita Antunes.

Contrário as teses que defende uma ruptura total com o fordismo e vê nas novas formas de organização do trabalho o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente e que possui mais realização no espaço do trabalho, afirma Antunes que as mutações em curso correspondem ao processo de reorganização do capital que busca retomar seu patamar de acumulação e o seu projeto global de dominação (2006, p. 48-50). Estas mutações configurando-se como resposta do capital a crise estrutural, se daria num contexto do aumento da concorrência intercapitalista e da necessidade de controlar as lutas sociais advindas do trabalho.

A abordagem de Antunes nos permite afirmar que ele é mais um dos autores que por meio de seus estudos se contrapõe a idéia da vinda de um trabalhador mais qualificado e participativo, com a introdução das novas tecnologias por meio da reestruturação produtiva. No entanto, diante de tais transformações nas relações de produção, Antunes ao utilizar a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, nos sugere um conceito mais amplo para dar conta, segundo ele, das mudanças nas relações de classe sob os impactos da reestruturação produtiva.

Com essa expressão Antunes propõe “conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora” (2006, p. 101). Para ele, significa dar ênfase ao sentido atual da classe trabalhadora, a sua forma de ser. Conforme suas próprias palavras:

Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar conta da contemporaneidade e

amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude (p. 101).

Para uma noção ampliada de classe trabalhadora, Antunes argumenta:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de um salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado do Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* (...) os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* (...) os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural* (2006, p. 103-104).

Por uma noção ampliada da classe trabalhadora, ele reivindica todos os assalariados que precisam vender sua força de trabalho em troca de um salário para viver (ANTUNES, 2006, p. 103). Essa noção ampliada se tornaria necessária para que possamos reconhecer as mutações importantes que o “mundo do trabalho” vem sofrendo.

Conforme a abordagem de Lessa (2007), Antunes se enquadraria no que o autor chama de segundo adeus ao proletariado, na medida em que sugere uma modificação no conceito marxiano de classe trabalhadora ao indicar sua ampliação e dissolver o proletariado em todos os assalariados, tornando, segundo Lessa, uma tarefa difícil saber quem seria o sujeito revolucionário para a superação do capital. Nesse sentido, estaria negada a distinção ontológica do proletariado enquanto a única classe que tem por função social produzir os bens materiais imprescindíveis a qualquer sociedade e que por isso é o sujeito revolucionário.

Ao se contrapor a análise de Antunes e demonstrar as contradições de suas colocações, Lessa argumenta que “Antunes define como improdutivo os serviços, como produtivo o proletariado e afirma a existência de um ‘proletariado de serviços’ além de ser forçado ao pantanoso terreno de distinguir entre os assalariados que são trabalhadores e aqueles que não o seriam pelo valor do contracheque. (LESSA, 2007, p. 293).

Apesar de sugerir uma ampliação do conceito marxiano de classe, Antunes está dentre os autores que se colocam contra uma ruptura total com o fordismo e vê nas novas formas de organizar a produção a intensificação da exploração do trabalho. Ele assinala

que como resposta a crise estrutural, foi implementado um processo de reestruturação do capital tendo em vista recuperar o seu ciclo reprodutivo, valendo-se de novas e velhas formas de acumulação de capital, o que acabou por afetar fortemente o “mundo do trabalho”. Aponta que

embora a *crise estrutural do capital* tivesse determinações mais profundas, a *resposta capitalista* a essa crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão *fenomênica*, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da ordem de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio *taylorismo e fordismo*, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, como veremos, de *novos e velhos* mecanismos de acumulação (ANTUNES, 2006, p.36).

A partir daí é iniciado um conjunto de transformações no processo produtivo por meio principalmente da constituição do avanço tecnológico, das formas de acumulação flexível e de modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, ou seja, a introdução do modelo toyotista de produção.

Teríamos um processo que com vistas à “intensificação das condições de exploração da força de trabalho” por meio da redução ou eliminação tanto do “trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalho produtivo” (ANTUNES, 2006, p. 53). Dessa forma, a transferência das responsabilidades como o controle de qualidade para os próprios trabalhadores, constitui mais uma forma de exploração, na medida em que agora ele desempenha duas funções. Na era da acumulação flexível, consolida-se a empresa enxuta que mesmo dispondo de um menor contingente de força de trabalho, alcança maiores índices de produtividade.

Algumas das conseqüências dessas mudanças nas relações de produção para o trabalho são expressas na elevação do contingente de trabalhadores desempregados, informais e precarizados, com a eliminação de muitos postos de trabalho. E ainda:

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de pareceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2006, p. 53).

Segundo Antunes, o proletariado estável, próprio da fase taylorista-fordista vem sofrendo uma redução, devido a entrada em cena nas relações de produção do toyotismo.

Por outro lado, vem crescendo o “novo proletariado” fabril e de serviço, configurando o trabalho precarizado ou o que ele chama de subproletariado, conformando os “terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo” (2006, p. 105).

É dessa forma que ao crescer o número de trabalhadores que não estariam transformando a natureza, como “o proletariado de serviço”, Antunes sugere que seja considerada classe trabalhadora todos aqueles que “vendem sua força de trabalho em troca de um salário”. Ou seja, o proletariado seria diluído entre todos os assalariados.

O conceito da classe-que-vive-do-trabalho mostra o impacto da reestruturação produtiva para as interpretações do autor sobre o que estaria acontecendo nas relações de trabalho e entre as classes. Por outro lado, o número de autores que interpretam essas mudanças como ruptura com o taylorismo-fordismo encontra em vários estudos empíricos a sua contestação.

Nesse sentido, a pesquisa de Hirata (2002) mostra que ao ser considerada a divisão sexual e internacional do trabalho, o taylorismo não estaria desaparecendo, mas sendo cada vez mais intensificado. Partindo da idéia de que não há uma única divisão do trabalho, argumenta que a “divisão sexual e a divisão internacional do trabalho moldam a utilização dos métodos e técnicas tayloristas” (HIRATA, 2002, p.29).

Por meio de um estudo de caso, comparando-se países tão diferentes como Brasil, França e Japão, argumenta Hirata que a política de gestão da mão-de-obra das empresas estudadas é de acordo com o sexo dos assalariados e é justamente por isso que as indústrias de processo contínuo utilizam mão-de-obra essencialmente masculina e nas indústrias tayloristas, ao contrário, temos um grande contingente de força de trabalho feminino.

A forma de execução de tarefas própria do taylorismo, que caracteriza grande parte do trabalho operário feminino, nos estudos de caso feitos pela autora, mostra que considerando-se a particularidade do local, “pode ser submetida a modificações de acordo com o grau de modernização tecnológica ou de acordo com o país” (HIRATA, 2002, p.30). Nesse sentido, a autora conclui, com bases nos resultados de suas pesquisas, não há uma única divisão do trabalho e que a adoção ou rejeição das práticas tayloristas dependem também das particularidades de cada país, sendo sociocultural ou histórica.

Ao analisar a indústria de vidro em países como Brasil, França e Japão, a autora parte da hipótese “de que a consideração da divisão sexual e internacional do trabalho era essencial para a compreensão das diferenças internacionais na emergência e no desenvolvimento dos novos paradigmas de organização e de desenvolvimento industrial

alternativos ao fordismo”. Nesse contexto, a idéia de fim do fordismo é questionável quando se considera a divisão sexual e internacional do trabalho, e

a especialização flexível ou a organização do trabalho em fluxos ou em módulos não se realiza de modo indiferenciado e varia conforme se tratar de ramos com mão-de-obra masculina ou feminina, de países altamente industrializados ou de países chamados “subdesenvolvidos” (HIRATA, 2002, p. 62).

Apesar de possuírem níveis de desenvolvimento muito diferentes, verifica-se que na indústria de vidro dos três países a produção em grande escala de artigos padronizados, próprio do fordismo constitui o modelo dominante. Por outro lado, “o estudo sobre a organização do trabalho, as condições de trabalho e as políticas de gestão da mão-de-obra demonstrou que há práticas muito diferenciadas de acordo com o lugar ocupado por cada país na divisão internacional do trabalho” (HIRATA, 2002, p. 62). E por último, a autora mostra como questionável por meio dos estudos em 17 estabelecimentos da indústria de vidro dos três países a especialização flexível como paradigma industrial quando se trata da mão-de-obra feminina. Nota Hirata que

a especialização flexível e a multifuncionalidade dos operadores não foram observadas na indústria do vidro dos três países. Ao contrário, notamos uma predominância quase absoluta da organização taylorista-fordista do trabalho, com uma separação rígida entre produção, manutenção, controle de qualidade e gestão dos fluxos (2002, p. 70).

Ao se referir à indústria do vidro oco no Japão, a nossa autora aponta como outra consequência da evolução tecnológica o surgimento crescente da instabilidade nos postos de trabalho do setor frio e a tendência dos postos, chamados não-qualificados da escolha e da embalagem manual, serem cada vez mais ocupados por trabalhadores e trabalhadoras temporários, fornecidos por empresas terceirizadas (2002, p. 77).

Argumenta ela que com a entrada das mulheres em muitos setores de produção nota-se “condições de trabalho e de remuneração muito diferentes para as mulheres e para os homens: remuneração inferior, controle hierárquico e intensidade de trabalho muito maiores parecem reservadas às mulheres” (HIRATA, 2002, p. 207). Nesse contexto, as mudanças introduzidas nas relações de produção por meio da inovação tecnológica reforçam a divisão sexual do trabalho com a intensificação da exploração da mão-de-obra feminina, podendo ser notada ao verificar que às atividades que requerem mais qualificação, são os trabalhadores do sexo masculino seus executores, por outro lado, as atividades simples e repetitivas ficam destinadas às mulheres. Compreende-se, portanto,

que as novas tecnologias têm intensificado o trabalho e não trazido mais qualificação ou satisfação quando considerada a divisão sexual do trabalho.

Conforme a autora salienta, “o surgimento de um ‘novo paradigma de organização e de desenvolvimento industriais’ são muito fortemente questionáveis no momento em que a divisão sexual do trabalho é introduzida como uma dimensão essencial de análise” (2002, p. 222).

Segundo Hirata, no Japão, o processo de flexibilização possibilitado pela introdução das novas tecnologias nas relações de trabalho se deu fundamentalmente com a mão-de-obra feminina, Segunda ela:

Mão-de-obra flexível que significa fundamentalmente mão-de-obra feminina contratada em tempo parcial: no Japão, ela é vista como o complemento principal da robotização, uma vez que efetua as operações consideradas não-qualificadas que não são executadas pelos robôs industriais (M. Osawa, 1989); o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial no Japão foi impressionante, passando de 2 milhões de mulheres, em 1980, para 5 milhões em 1985. Os dados disponíveis são claros: entre 1983 e 1987, o número de assalariados(das) em tempo parcial aumentou 40% (em comparação com os 4,7% de empregos em tempo integral). O número de mulheres japonesas empregadas em tempo parcial aumentou de 38, 2% durante o mesmo período e representa, hoje, um terço do conjunto das mulheres assalariadas no comércio, nos serviços e nos postos repetitivos criados pela automatização industrial (M. Osawa, 1989, p. 96 e ss.) (HIRATA, 2002, p. 228).

Já Carvalho (1980), ao analisar a introdução da microeletrônica na década de 80 na indústria automobilística no Brasil e seus impactos para o trabalho, aponta para um quadro marcado por novas tendências de utilização do trabalho atuando com o que sobreviveu da situação anterior – automação eletroeletrônica, taylorismo, fordismo, predomínio nas indústrias da forma de produção do processo descontínuo – mas conformando algo novo na maneira de produzir (1980, p. 95).

A busca de aumento da produtividade por meio da redução dos custos com a força de trabalho foi o fator que levou as empresas brasileiras do ramo a adotar as novas tecnologias. Segundo o autor, “a configuração concreta que assumiu o novo processo de trabalho (tecnologia mais organização do trabalho) é decorrente de uma *opção gerencial orientada pelo objetivo de redução dos custos de mão-de-obra*, via subordinação e intensificação do trabalho” (CARVALHO, 1987, p. 131).

Ao analisar as implicações da AME (Automação com base na Microeletrônica) para o processo de trabalho no setor de soldagem na indústria automobilística brasileira, Carvalho (1987, p. 118) afirma que a sua introdução possibilitou a sua extensão a linha de

montagem mecanizada tradicional caracterizada pelo processo de trabalho de caráter descontínuo, onde predominava postos de trabalho autônomos.

A introdução de novas tecnologias veio acompanhada de novas concepções de organização social do trabalho e vem modificando e muito o processo de trabalho na indústria automobilística, permitindo um maior controle dos trabalhadores. Dessa forma, percebe-se que “uma das conseqüências da inovação tecnológica, no atual estágio de transição, tem sido a maior subordinação dos trabalhadores de produção ao capital” (CARVALHO, 1987, p. 118). Esse aumento de controle foi possível porque,

a redução dos postos de trabalho de soldagem de conjuntos pequenos e a eliminação do trabalho manual nas operações mais difíceis facilitaram a predeterminação dos tempos de trabalho com maior realismo, o que viabilizou a integração da maior parte das operações às linhas transferizadas. O novo desenho do produto e as novas máquinas, enfim, eliminaram os pontos de estrangulamento, abrindo campo para a mecanização quase completa da circulação (CARVALHO, 1987, p. 127).

Ainda:

na prática, no entanto, isto se traduz em economia de trabalho. Efetivamente, a nova organização do trabalho permite às empresas auferir economias de mão-de-obra não apenas relativas à substituição direta de homens por soldadores automáticos e equipamentos de circulação, mas também relativas *ao melhoramento, em múltiplas formas, do aproveitamento do tempo de trabalho*. No novo processo, há menos perdas relacionadas com faltas e rigidez na aplicação da mão-de-obra, há maior aproveitamento do tempo da jornada de trabalho, dada a ritmação imposta pelas máquinas, e trabalha-se mais intensamente (Idem, p. 130).

Com a introdução da nova tecnologia reduz-se a dependência da força de trabalho para a garantia de mais qualidades na produção dos automóveis em menos tempo. Conforme o autor, a nova tecnologia possibilitou a introdução de certos mecanismos de organização que por sua vez aumentaram o controle do ritmo e a intensidade do trabalho ao passo que a capacidade dos trabalhadores da produção de influir sobre o que acontece na fábrica foi reduzida (CARVALHO, 1987, p. 130). Nesse sentido,

ao introduzir o sistema à base de robôs, prensas automáticas de solda e transportadores automáticos, a empresa não apenas conseguiu obter qualidade dentro de um tempo de produção mais econômico, mas também reduziu sua dependência da força de trabalho para garantir esta qualidade (p. 131).

Por outro lado, “com um fluxo de produção mais contínuo, sem pontos de estrangulamento, torna-se mais factível fazer cumprir os planos de produção” (p. 131). Dessa forma, com a continuidade ininterrupta do processo permitida pela introdução da automação com base na microeletrônica, se torna mais fácil o controle do trabalho pelo

capital, na medida em que o ritmo do processo é imposto pelas próprias máquinas. “No interior das linhas transferizadas, os operários são orientados a realizar seu trabalho de acordo com o ritmo dos robôs”. Isto é conseguido “seja porque os operários se sentem motivados a suplantar a velocidade dos robôs, seja porque as máquinas operam de tal maneira que facilita muito a identificação de atrasos individuais ou coletivos” (p. 137). Dessa forma, facilitando em muito a detecção do atraso pelas chefias e funcionando como pressão aos operários para seguirem o ritmo ditado pela máquina.

Nesse sentido:

A nova organização do trabalho e da produção levou a um substancial aumento do controle gerencial sobre o processo produtivo. Os ganhos empresariais não se restringem ao encurtamento dos tempos de circulação determinado por sua automatização, mas incorporam também as economias de mão-de-obra resultantes da maior *ritmação e disciplinamento do uso do tempo dos trabalhadores de produção* (CARVALHO, 1980, p. 135).

Em uma das empresas pesquisadas pelo autor, a qual ele chama empresa B, há duas linhas de montagem, uma com processo convencional e outra com processo automatizado com a AME (Automação com base na Microeletrônica). A comparação que ele faz entre os dois processos de trabalho permitiu verificar que

a nova tecnologia e a nova organização do trabalho, ao reduzir a diversidade das tarefas individuais, tornaram o trabalho *padronizado* em toda linha, isto é, tornaram os trabalhadores mais intercambiáveis entre si. Pode-se falar ainda em simplificação, no sentido de que as tarefas que exigiam habilidades especiais foram eliminadas” (CARVALHO, 1987, p. 133).

Portanto, aqui não se verifica maior qualificação por causa da introdução de novas tecnologias, mas ao contrário, há uma simplificação. Não queremos negar com isso, as áreas que devido a introdução de novas tecnologias, demandaram trabalhadores mais qualificados não só no Brasil, mas em todos os países em que as novas tecnologias têm sido introduzidas, no entanto, tendo como base as mais variadas pesquisas, esse número é bem inferior quando comparado ao grande número de trabalhadores sem qualificação, terceirizados, precarizados, cada vez mais crescente no interior das fábricas.

No caso da nova linha de trabalho implantada na empresa B, Carvalho argumenta que embora o trabalho seja mais leve, se trabalha mais, devido ao aumento da intensidade/velocidade e pelo fato do trabalhador passar uma parte maior da jornada de trabalho efetivamente trabalhando quando comparada com a linha convencional. A ritmação e a padronização permitem a diminuição de tempo de produção, aumentando a

produtividade. Por outro lado, isso também é conseguido pelo fato do ritmo de trabalho ser ditado pelos robôs. Enquanto os trabalhadores da linha convencional não tinham horários fixos para idas ao banheiro, os que trabalham na linha automatizada, agora têm horários ditados, podendo apenas se deslocar duas vezes por dia em intervalos de quinze minutos cada um (CARVALHO, 1980, p. 139).

Conforme Carvalho, “a introdução de um sistema de organização do trabalho que os submete ao ritmo da linha, que os impede de organizar suas próprias pausas e que os obriga a acelerações do trabalho aleatórias representa a perda deste poder, um avanço da gerência na disputa pelo controle do tempo na fábrica” (1980, p. 150).

A introdução da AME, trazendo consigo a possibilidade de uma padronização das tarefas, tem gerado uma desqualificação de trabalhadores da produção, pois os postos mais difíceis foram eliminados, foram substituídos pelas máquinas.

Combinando robôs, prensas de solda automática e linhas de transferências com controle eletrônico, a característica do novo processo é a eliminação do trabalho manual em algumas operações estratégicas e a progressiva integração dos demais postos de trabalho ao sistema de circulação mecanizado. *O resultado é a extensão da linha* de montagem fordista na indústria automobilística, a transformação de um processo onde predomina o posto de trabalho autômato e a circulação manual de peças em outro onde a circulação é automática e o trabalhador se submete a seu ritmo (CARVALHO, 1980, p. 149).

Ainda a introdução da AME na indústria automobilística veio acompanhada de novas formas de gestão do trabalho. Dessa forma, com o intuito de ter uma mão-de-obra mais confiável e envolvida com a empresa, são inseridos programas de participação como os CCQ's por meio da política de recursos humanos implementada na empresa. Esta política ainda estava voltada para tentar neutralizar o poder dos sindicatos dentro da empresa. Ao conversar com os operários e feitores, Carvalho pôde perceber que os CCQ's funcionavam “como um *instrumento de racionalização da organização do trabalho*, bastante lucrativo pelo que acarreta em termos de economia de material e, sobretudo, de trabalho”. Segundo ele, todos os entrevistados afirmaram que a maioria dos projetos tinha como objetivo a diminuição do tempo de trabalho, o que acarretava muitas vezes na eliminação de postos de trabalho (CARVALHO, 1980, 202-203).

Ao relatar a experiência da pequena fábrica Donnelly Mirrors que produzia, na época, retrovisores para 80% dos carros americanos, Pignon e Querzola (2001, p. 100) demonstram como, já entre a década de 60 e 70, as mudanças na organização do trabalho (por meio de equipes de trabalho composta por representantes dos trabalhadores de todas

as áreas) da empresa, no intuito de diminuir os custos e se colocar em forte posição de concorrência, trouxeram uma realidade em que:

A produtividade aumentou significativamente, o absenteísmo injustificado passou de 4% para 1%. O *turnover* diminuiu de metade. A qualidade do trabalho melhorou: as peças defeituosas passaram de 25%, em 1967, a 5% em 1971. Essa melhoria provocou uma redução do número de supervisores. As peças devolvidas à fábrica passaram de 3% a 0,2% (PIGNON e QUERZOLA, 2001, p. 104).

Comissões de trabalho foram criadas e eram compostas por representantes de todas as equipes de trabalho, por contramestres e por um dirigente, e se reuniam no intuito de apresentar propostas para aumentar a produtividade.

Cabe salientar mais uma vez que não estamos presenciando o surgimento em geral de um trabalho mais qualificado por meio da introdução das novas tecnologias, nem maior controle no processo de produção por parte dos trabalhadores em geral, até mesmo no setor de serviços que lidam diretamente com a tecnologia da informação. Parece que a divisão rígida do taylorismo entre controle e execução tem sido intensificada. Nesse sentido, o estudo realizado por Kumar mostra que:

Mais notável que tudo, o desenvolvimento incessante dos computadores taylorizou os próprios profissionais do ramo. O trabalho com computadores seguiu o padrão conhecido de separação e decomposição de tarefas, resultando em trabalho cada vez mais rotinizado de um pequeno grupo de projetistas e pesquisadores. De início, os analistas de sistemas foram separados dos programadores, estabelecendo-se uma distinção importante entre os que concebiam e os que executavam programas de computador. Mais tarde, os programadores foram também separados de uma classe mais rotineira de operadores, que se concentravam principalmente em tarefas repetitivas de codificação” (KUMAR, 2006, p. 61).

Segundo Kumar, para alguns, a tecnologia da informação levaria a sociedade a um futuro de mais prosperidade, mas parece que a realidade tem contestado isso, pois:

(...) até agora pelo menos, é uma sociedade projetada, como as antigas, por e para uns poucos: as ricas e poderosas classes, nações e regiões do mundo. “A revolução da informação ainda não aconteceu e em parte alguma é visível, exceto nos escritórios de corretores de ações, banqueiros, mestres-espiões, meteorologistas e sedes de empresas transnacionais” (Traber 1986: 2). Seus objetivos e efeitos são rigorosamente definidos pelos objetivos tradicionais das elites políticas e econômicas: expandir o poder do Estado, tanto contra seus próprios cidadãos quanto contra outras nações, e aumentar a produtividade e os lucros das empresas capitalistas, sobretudo através da criação de um mercado global integrado (KUMAR, 2006, p. 71).

É assim que “a tecnologia flexível dá a origem à especialização flexível”. Como a produção de acordo com a demanda e a curto prazo não exige fábricas grandes como a

linha de produção em massa, a ascensão da especialização flexível tem sido em parte responsável pela volta das pequenas empresas. Por exigir muitas vezes perícia e flexibilização não apenas das máquinas, mas também do operador, alguns autores interpretam esse fato com o renascimento da produção artesanal (PIORE e SABEL *apud* KUMAR, 2006, p. 83). No entanto,

[...] não há razão para as grandes empresas deixarem de se beneficiar da especialização flexível, e há provas consideráveis de que a estão adotando com notável sucesso. As economias de escala são substituídas por ‘economias de escopo’ – isto é, o uso pelas grandes fábricas de tecnologias flexíveis de manufatura para produzir bens voltados para vários mercados relativamente pequenos ou segmentados (PEREZ *apud* KUMAR, 2006, p. 83). Acompanhada pela utilização criteriosa de terceirização, essa orientação pode permitir que grandes empresas floresçam no novo ambiente (POLLERT; SABEL *apud* KUMAR, 2006, p. 83).

Ainda ao questionar as posições, como a de Daniel Bell da vinda de uma sociedade de informação, superando a sociedade capitalista, argumenta o autor:

Não há dúvida quanto à importância da nova tecnologia da informação em grandes áreas da vida social e econômica. Mas isso não implica o estabelecimento de um novo princípio de sociedade ou o advento de uma ‘terceira onda’ de evolução social. (...) Os imperativos de lucro, poder e controle parecem ser tão predominantes hoje como sempre foram na história do industrialismo capitalista. A diferença reside na faixa e intensidade maiores de suas aplicações, tornadas possíveis pela revolução nas comunicações, mas não por qualquer mudança nos princípios em si (KUMAR, 2006, p. 191).

E ainda:

Empresas podem descentralizar-se e dispersar-se, permanecendo as decisões de alto nível nas ‘cidades mundiais’ – Nova York, Londres, Tóquio –, enquanto as operações administrativas, ligadas ao centro por redes de comunicações, podem ocorrer em virtualmente qualquer lugar na face da terra. Cidades e regiões têm agora que concorrer entre si para firmar suas posições nos fluxos globais de informação ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos (KUMAR, 2006, p. 192).

Em meio ao acirramento da concorrência intercapitalista o que se aponta no cenário global é a destruição do meio ambiente e de forças produtivas, e, em escala mundial se apresenta uma destruição da “força humana de trabalho” numa intensidade que tem levado a enormes contingentes de força de trabalho em um processo extremo de precarização, que por outro lado, tem acarretado o alto nível do desemprego estrutural. Uma dos objetivos do capital é, portanto, o aumento da jornada de trabalho para além dos seus limites legais. Nesse sentido, conforme Antunes:

Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho*. A Inglaterra tem a maior jornada de trabalho dentre os países da União Européia, e o Japão, se já não bastasse sua histórica jornada prolongada de trabalho, vem tentando, por meio de proposta do governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise (2006, 33-34).

Quanto mais se acirra a concorrência intercapitalista, mais danosas as suas conseqüências. O uso da tecnologia pelo capital se torna destrutiva, na medida em que, para manutenção do seu sistema de reprodução ele gera necessariamente, pobreza, desemprego, destruição dos recursos naturais e de forma geral, do meio ambiente.

### **III - Considerações finais**

Ao afirmarmos que as transformações nas relações de produção se configuram como uma estratégia capitalista para garantir a acumulação de capital, seja por meio da introdução de novas tecnologias para flexibilização do trabalho, atuando lado a lado com a linha de montagem fordista, seja por meio de novas formas de gestão do trabalho, como a introdução de CCQ's, programas que visam o envolvimento do trabalhador com as estratégias gerenciais, buscamos mostrar também que o sistema do capital, assentado na divisão social do trabalho, tem se fortalecido cada vez mais.

Considerando-se o momento em que o capital entra em uma crise estrutural, percebe-se que as mudanças nas relações de trabalho buscam intensificar a exploração da força de trabalho como forma de responder à crise e ao aumento da concorrência intercapitalista.

Como demonstrado por Kumar, a novidade é que agora o capital tem se estendido a áreas que antes eram de domínio público. Segundo este autor, as mudanças vêm no sentido não da superação do capitalismo, mas a sua intensificação, transformando tudo o que for possível em mercadorias.

Conforme abordagem de Gorz, demonstramos como a divisão social do trabalho continua válida. Para ele, a existência da divisão social do trabalho se apresenta como condição da acumulação de capital que tem na exploração do trabalho o seu fundamento e por isso, o controle do capital sobre o trabalho é fundamental.

A análise de Lessa permitiu a nossa visualização de outra conseqüência da reestruturação produtiva, qual seja: a de que suas conseqüências foram tão intensas que no

campo teórico, variados autores, até mesmo os marxistas, têm visualizado nas mudanças tecnológicas a justificativa da necessidade de revisão das categorias marxianas como a categoria de classe, trabalho produtivo e improdutivo e trabalhador coletivo, expressando o que o autor chama de adeus ao proletariado. Nesse contexto, a centralidade política do proletariado enquanto sujeito revolucionário é perdida por meio da sua dissolução entre os assalariados, ou mesmo, se verifica na abordagem dos mais variados autores investigados por Lessa, a idéia do seu desaparecimento.

Já Antunes, embora negue uma ruptura com o fordismo, nos sugere por meio do seu conceito da classe-que-vive-do-trabalho, uma mudança no conceito marxiano de classe. Segundo ele, este seria necessário para dar conta do surgimento do novo proletariado devido a introdução da reestruturação produtiva. Esta classe compreenderia também o proletariado de serviços. Ainda compreenderia o “*subproletariado*” que consiste em todos os trabalhadores precarizados, terceirizados, subcontratados que tem seu surgimento intensificado devido a flexibilização do trabalho. Antunes argumenta que umas das maiores conseqüências da reestruturação produtiva como resposta do capital a sua crise tem sido a destruição e precarização da força de trabalho, assim como a destruição da natureza em escala global.

A pesquisa de Hirata mostra como, ao ser considerada a divisão sexual e internacional do trabalho, o fim da produção característica do fordismo e taylorismo é uma idéia questionável. Baseada na pesquisa de países diferentes com Brasil, França e Japão, ela verificou que com as novas tecnologias, as tarefas que exigem mais qualificação e capital intenso são geralmente atribuídas à mão-de-obra masculina, por outro lado, as atividades que exigem a intensificação do trabalho e não exigem qualificação, são ocupadas por trabalho feminino.

Já Carvalho mostra como a indústria automobilística brasileira na década de 80 introduziu a automação com base na microeletrônica no intuito de aumentar a produtividade do trabalho e como esta teria simplificado em muito as atividades dos trabalhadores e possibilitado maior controle pela gerência devido a introdução da linha automatizada por meio da qual os trabalhadores são obrigados a se subordinar ao ritmo ditado pelas máquinas.

Os estudos citados aqui, em especial os de caso (HIRATA, 2002 e CARVALHO, 1987), permite que afirmemos que a idéia da superação do taylorismo-fordismo é fortemente questionável. Os campos estudados pelos seus respectivos autores e os demais estudos teóricos citados nesse trabalho demonstraram como a introdução das novas

tecnologias não traria o desaparecimento desse modelo de acumulação, mas ao contrário, estaria se estendendo a outros setores.

---

#### **IV - Referências**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CARVALHO, Ruy de Quadros Carvalho. **Tecnologia e Trabalho Industrial: As implicações da automação microeletrônica na indústria automobilística**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

GORZ, André. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. ampli. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.